



## EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E COMUNIDADES DE POVOS ORIGINÁRIOS

**Daniel Ricardo Castelan**

Universidade Federal de Santa Catarina

[daniel.castelan@ufsc.br](mailto:daniel.castelan@ufsc.br)

### Resumo

Este ensaio discorre sobre a importância da extensão universitária com os povos originários. Ao longo do texto, são apresentadas alguns cuidados para o desenvolvimento de atividades de extensão junto a povos originários, considerando a importância da Universidade na articulação de iniciativas junto a essas populações. A conclusão é que a extensão universitária tem um papel central no longo processo de justiça e reparação realizado pelo Estado junto aos povos originários, mas deve ser realizada com cuidado devido às especificidades culturais dessas populações.

**Palavras-chave:** Extensão. Povos Originários.

## UNIVERSITY EXTENSION AND INDIGENOUS PEOPLES COMMUNITIES

### Abstract

This essay discusses the importance of university extension with original peoples. Throughout the text, some precautions are presented for the development of extension activities with indigenous peoples, considering the importance of the University in articulating initiatives with these populations. The conclusion is that university extension plays an central role in the long process of justice and reparation carried out by the State with original peoples, but must be carried out with care due to the cultural specificities of these populations.

**Keywords:** Extension. Indigenous People.

## EXTENSIÓN UNIVERSITÁRIA Y COMUNIDAD DE PUEBLOS ORIGINARIOS

### Resumen

Este ensayo analiza la importancia de la extensión universitaria con los pueblos originarios. A lo largo del texto se presentan algunas precauciones para el desarrollo de actividades de extensión con pueblos indígenas, considerando la importancia de la Universidad en la articulación de iniciativas con estas poblaciones. La conclusión es que la extensión universitaria juega un papel central en el largo proceso de justicia y reparación que lleva a cabo el Estado con los pueblos originarios, pero debe realizarse con cuidado debido a las especificidades culturales de estas poblaciones.

**Palabras clave:** Extensión. Pueblos Indígenas.



## INTRODUÇÃO

Hoje, em meio à realização da COP-29, líderes mundiais se preparam para discutir a emergência climática. O mundo olha apreensivo: seremos capazes de conter as secas intensas, as chuvas desmedidas, as queimadas, a elevação dos oceanos que já começa a alterar o fino equilíbrio do clima que mantém a vida humana na Terra?

Em meio aos debates de especialistas e lideranças, cada vez mais ocupam espaço vozes discretas, mas firmes, de indígenas e quilombolas. Eles sempre viveram às margens do ‘progresso’ prometido pelos povos da Europa ao mundo todo desde as caravelas. Sempre foram vistos como empecilho ao avanço da “civilização”, mas hoje começam a ser tratados com respeito.

Essa visibilidade dos povos indígenas deve-se, em parte ao papel central que podem desempenhar nas mudanças climáticas. O ONU lançou em 2021 um relatório importante, que os denomina como “Guardiões da Floresta”. O título – que aponta para o papel que tais povos podem ter nas mudanças climáticas – foi concedido porque os indígenas nunca se esqueceram que a vida humana só se sustenta se houver rios vivos, onde a caça possa saciar-se, e florestas abundantes, que frutifiquem e sirvam de alimento. Como resultado, segundo o relatório, *“os territórios indígenas contêm cerca de um terço das florestas tropicais do continente [Americano]. Isso representa 14% do carbono armazenado em florestas tropicais de todo o mundo. Estes territórios também abrigam uma enorme diversidade de fauna e flora silvestres e desempenham um papel central na estabilização do clima local e regional”*.<sup>1</sup>

Por essas razões, o modo de vida e os conhecimentos indígenas e quilombolas são essenciais hoje para salvar a humanidade do seu próprio “progresso”. E a Universidade pode tornar-se uma peça importante, aproximando-se das populações indígenas e construindo com elas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A aproximação entre Universidade e comunidades indígenas, especialmente por meio da extensão, deve contudo ser conduzida com cuidado, considerando o histórico que a colonização nos legou. Neste pequeno texto compartilho algumas reflexões sobre a extensão com povos indígenas, construídas a partir de trabalho desenvolvido na Universidade Federal de Santa Catarina, desde 2022, com povos indígenas deste estado. São reflexões simples, mas que podem agregar-se a outras de quem também sonha com uma Universidade mais próxima das comunidades indígenas, através da extensão universitária.

---

1 FAO e FILAC (2021).

### **Que colaboração é possível entre Universidade e povos originários?**

Na aproximação entre Universidade e comunidades indígenas, o primeiro cuidado consiste em construir relações – nas atividades de ensino, pesquisa e extensão – onde haja uma troca sincera e real de conhecimentos e colaboração mútua, para evitar o ‘apagamento cultural’, que consiste na anulação dos conhecimentos tradicionais trazidos por esses sujeitos em nome da “Ciência” que a Universidade guarda e promove.

Por um lado, a Universidade tem muito a colaborar com os povos indígenas, em particular nesse longo processo de resistência à colonização. Para os sobreviventes, que hoje estão em contato com a Universidade, dois problemas estão sempre muito presentes: a demarcação das terras e a busca por subsistência. O problema da demarcação existe porque os primeiros colonizadores de origem Europeia, ao chegarem no Brasil, ganharam ‘títulos de propriedade’ de terras já ocupadas antes, por “índios”. Os “índios”, como não pertenciam ao Estado português, não eram reconhecidos como súditos e portanto não tinham direito sobre as terras. O Estado cometeu esse ato – um crime aos olhos de hoje - quando não reconheceu o direito originário desses povos. Passados 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil, embora a Constituição Federal tenha reconhecido seus direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam, eles ainda hoje sobrevivem em alguns territórios sem o devido ‘título’ das terras, tornando-se alvos de grileiros, posseiros e outros, prolongando conflitos e mortes. Nós, descendentes de colonizadores, indireta e longinquamente nos beneficiamos, ainda que com boa fé, desse crime praticado pelo Estado. Portanto a Universidade, como parte do Estado, tem o compromisso ético de reconhecer essa injustiça do passado e empenhar-se em ações de reparação. Portanto, a Universidade pode e deve colocar-se ao lado desses povos, como aliados, partindo do reconhecimento dessa injustiça e buscando formas de reparação que conciliem o direito dessas populações à terra com a indenização daqueles que, em boa fé, ocuparam-nas.

O problema da “subsistência” impõe-se, por sua vez, porque no longo processo de colonização os indígenas foram expulsos das terras que usavam para alimentar-se. Isso trouxe uma longa escassez de frutos, peixes e caça. Perderam acesso aos alimentos e à subsistência. Ao mesmo tempo, a conquista das terras foi rápida, sem tempo necessário para o desenvolvimento da agricultura entre povos que não a praticavam tradicionalmente. Em alguns casos, como no povo Laklãñ-Xokleng, na região de José Boiteaux (SC), mesmo o rio que atravessa as terras remanescentes foi ‘morto’ por uma barragem que alterou completamente o ciclo de reprodução dos peixes, central no sustento daquela comunidade (SANTOS e NACKE, 2003). Em contrapartida, nada lhes foi oferecido além de um aceno vago a empregos nas localidades

vizinhas, muito precarizados, como coletores de fumo, trabalhadores nas madeiras, trabalhos pontuais nas confecções. Isso, grande parte das vezes, sem proteção social e direitos trabalhistas. Por isso, as comunidades indígenas sobrevivem às duras penas, com períodos de grande escassez. O problema se agrava quando saem de suas comunidades para estudar na Universidade, pois se deparam com o duro fato de que a sobrevivência depende de “dinheiro”. Dessa forma, a subsistência é uma necessidade básica, que aflige grande parte dos indígenas, destituídos que são de títulos, heranças, laços sociais de prestígio. Desse problema, desencadeiam-se inúmeros outros, que entre outras coisas fragiliza profundamente a saúde mental dessas populações.

Mas os problemas da ‘resistência’ indígena não se restringem às terras e à subsistência. Há outras mazelas vividas por esses povos, em particular as trazidas pela própria ‘civilização’, que a Universidade pode empenhar-se em resolver. Apenas para citar um exemplo, com a perda das terras e da forma tradicional de sobrevivência, o açúcar foi introduzido em muitas comunidades, desencadeando problemas nutricionais e dentários graves e endêmicos. Em particular, porque tais populações são muito desassistidas pelos sistemas de saúde e não têm a mesma relação com ‘medicina’ e formas ocidentais de saúde. No entanto, não há entre os conhecimentos indígenas uma forma de lidar com as cáries e outras doenças trazidas pelos brancos de forma tão eficaz como na Universidade. A Universidade pode contribuir muito com a odontologia e a nutrição. Da mesma forma, em algumas comunidades, como a Laklãnõ-Xokleng, o rio que serve a comunidade foi praticamente ‘morto’ por uma barragem construída nos anos 1970, que alterou o ciclo de reprodução dos peixes. Portanto há, na piscicultura um conhecimento que pode auxiliá-los.

Esses são exemplos simples, de algumas áreas pontuais, onde os conhecimentos guardados pela Universidade poderiam contribuir, e muito, com a vida dos povos indígenas.

Ao mesmo tempo, a Universidade tem muito a aprender com os povos indígenas. Para tanto, a Universidade deve validar e reconhecer os conhecimentos ‘tradicionais’ indígenas, em suas diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão. Essa não é uma tarefa simples, pois a Ciência foi construída por um acúmulo de métodos e procedimentos que nem sempre condizem com o saber empírico trazido por esses povos. Mas o reconhecimento de seus saberes se justifica tanto por um preceito ético - tais povos são também ‘humanos’, e portanto dotados de cognição e capazes de ‘saber’ - mas sobretudo deve-se a um interesse próprio do mundo dito “Civilizado”, que hoje se depara com o triste fato de que o “progresso” prometido pela epopeia da colonização ameaça a possibilidade de vida humana no planeta terra, com queimadas, enchentes e outros desastres naturais comprovados pelos especialistas reunidos na ONU durante a COP. Ailton Krenak, em sua obra *Sonhos para adiar o fim do mundo*, compartilha algumas reflexões desde o

## Extensão universitária e comunidades de povos originários

ponto de vista indígena que ajudam a refletir sobre saídas para a crise climática em que se encontra a humanidade.

### **Extensão e povos originários: alguns cuidados**

Apesar de importante, a colaboração construída entre a Universidade e os povos indígenas deve sempre respeitar algumas premissas e observar alguns cuidados, baseados nas especificidades dessas populações, para não agravar alguns problemas que atravessam tais comunidades.

Dentre elas, a ‘consulta prévia’ é a principal, prevista na Constituição Federal e na Convenção 169 da OIT. Em termos simples, ela estabelece que qualquer iniciativa realizada com as comunidades indígenas deve passar pelo consentimento prévio e esclarecido das próprias comunidades. Essa é uma forma de preservar a autonomia dos povos, partindo do entendimento de que eles próprios devem decidir o destino que mais lhes convém. A consulta prévia também evita que a Universidade, na boa intenção de colaborar com os indígenas, reproduza a armadilha da ‘tutela’, muito presente na relação com diferentes organizações do Estado e sociedade civil não-indígena. A tutela é um risco sempre presente, dada a ideia racista arraigada de que tais sujeitos, por estarem em uma condição difícil, são incapazes ou incompetentes, e portanto não têm condições de compreender o que é melhor para seu povo. Esse falso entendimento não considera que os problemas enfrentados pelos indígenas, hoje, em grande parte são fruto de um longo processo de colonização e genocídio. Assim, a consulta prévia é um protocolo indispensável na construção de ações de extensão. O cacique sempre é uma referência para a aproximação com a comunidade, embora cada povo tenha lideranças próprias respeitadas pela população e que podem auxiliar na realização de atividades de extensão.

Uma segunda precaução é não subtrair o protagonismo indígena nas ações de extensão construídas coletivamente. Nos trabalhos com tais comunidades, sempre me chamou bastante atenção a recorrência com que autoridades – seja os governos, a gestão universitária, os professores – constroem a narrativa de que a força transformadora dos movimentos sociais, a força da comunidade, é ‘deles’ – dos governos, autoridades. O movimento indígena é fortíssimo na Universidade. Protesta, dialoga, constrói coletivamente, ocupa, cede – tudo isso movido por um senso de justiça muito forte, de quem há 500 anos tenta defender seu povo de uma guerra. Essa força constrói muito. Para contar um exemplo, em carreata a Brasília o movimento estudantil indígena arrancou do Ministério da Educação o compromisso de conceder 10.000 bolsas permanência no início de 2023, quando teimaram contra a chuva, marcharam de todo o

país à Brasília e conseguiram audiência com o ministro da educação. Foi uma grande conquista. No entanto, ao chegarem da capital, a notícia foi divulgada: “*governo* concedeu bolsas...” - e nenhuma menção feita ao grande trabalho de articulação para que as bolsas fossem concedidas. Há obviamente mérito do governo em atender a uma demanda construída no movimento indígena, mas não é o governo o agente principal da frase, pois ele não teria se movido sem a luta dos estudantes. O agente principal, como recorrentemente ocorre, foi invisibilizado. A sua força assim foi apropriada pelo governo, que se promoveu e colheu votos apagando o protagonismo daqueles que dão pulso ao movimento – os próprios indígenas. Assim, a Universidade deve precaver-se de se apropriar das iniciativas que constrói coletivamente, reconhecendo o protagonismo da comunidade. Reconhecer o protagonismo dessas populações é também uma forma de reverter a narrativa de que suas dificuldades hoje decorrem de ‘incapacidade’ desses povos.

Uma terceira precaução é compreender, de forma profunda, que os indígenas compartilham outras ‘culturas’, distintas dos descendentes de europeus e também distintas dos afrodescendentes que compõem a matriz étnica do Brasil, o que justifica um tratamento específico nas atividades de educação. Suas culturas não devem ser confundidas com a dos afrodescendentes pois o próprio processo de colonização foi distinto, embora ambos tenham sido vítimas da colonização e racismo. Os traficantes de escravos, trazidos por 400 anos da África para o Brasil, tinham o bárbaro cuidado de separar as famílias ao chegarem no Brasil, para evitar que se organizassem politicamente. Assim evitavam a agregação de povos de uma mesma etnia ou família, fazendo com que convivessem nas senzalas escravizados de diferentes povos, diluindo-se a cultura originária de cada um e evitando a replicação da unidade cultural de sua região de origem. Com os indígenas, foi diferente. Eles resistiram à escravização fugindo, quando puderam, dos brancos, com suas comunidades.<sup>2</sup> Assim puderam manter o convívio familiar e a identidade étnico-cultural, repassando no ‘berço’, aos descendentes, os costumes e tradições. Isso faz do Brasil um riquíssimo território, com mais de 250 povos, com diferentes costumes e tradições. Esses costumes e tradições são distintos entre si – cada povo é único – e distintos em elementos muito centrais à subjetividade dos povos não indígenas. Para exemplificar, no mundo não indígena a forma mais comum de conseguir o sustento é através do trabalho *assalariado*. Toda a educação escolar é voltada a construir disciplina e competências para o trabalho, e inculir no sujeito a ideia de que deve obedecer àquele que paga o sustento, salário, com certos comportamentos adequados e inadequados. Nos territórios indígenas, por sua vez, há também o respeito aos mais velhos e às lideranças, mas não há a figura do ‘patrão’. Isso faz muita diferença

---

2 Uma história da resistência indígena pode ser encontrada no livro de Benediro Prezia (2017).

## Extensão universitária e comunidades de povos originários

quando os indígenas saem dos territórios, pois a figura do ‘patrão’ é geralmente associada a memórias traumáticas de tentativas de escravização, que em alguns casos são muito recentes e presentes. Outro exemplo de choque cultural: nas aldeias, praticamente todo o conhecimento é transmitido de forma oral pelos mais velhos aos mais novos. A escrita é uma linguagem nova, introduzida recentemente na maioria dos povos. Assim, quando chegam na Universidade, os estudantes indígenas têm que lidar com textos grandes, longos e provas escritas. Nos cursos e disciplinas, raramente se cogita a possibilidade de provas orais. Assim o indígena enfrenta uma barreira linguística: não tem bons rendimentos não por ignorar o assunto, muitas vezes, mas pela necessidade de expressar-se em uma linguagem que não compõe sua matriz cultural. Qualquer atividade de extensão pode alterar elementos muito centrais da cultura de um povo, portanto deve observá-las e compreendê-las. Daí a importância da consulta prévia às lideranças na construção de ações de extensão.

Ao dizer que os povos indígenas têm culturas próprias, é preciso também lembrar que os indígenas de hoje não são os mesmos de séculos atrás. As imagens transmitidas em livros didáticos são muito distantes da realidade contemporânea. Hoje têm celular, têm tecnologia, e isso não os torna menos ‘indígenas’, pois continuam sendo distintos dos não indígenas. Um exemplo: certa ocasião, disse a um grupo de indígenas que via com preocupação a difusão de tecnologias, tão presente na Universidade, entre estudantes indígenas. Eles responderam: “nós sabemos o que precisamos e o que não precisamos. Nós decidimos o que usar”. E citaram um exemplo: na interação com os brancos, os indígenas de tradição oral muitas vezes firmavam “acordos” com os brancos. Mas notaram que os brancos não tinham o costume de cumprir compromissos acordados de forma verbal, dada sua tradição escrita. Só compromissos ‘de papel’ valiam. Notando esse traço da cultura branca, os indígenas começaram a usar o celular para gravar conversas que travavam com não indígenas, como forma de garantir o cumprimento de compromissos. Essa foi uma apropriação de uma tecnologia não indígena – o celular – para uma finalidade indígena, que resultou em benefício em favor desses povos. Isso não quer dizer que a tecnologia, em si, seja boa ou ruim, mas que o próprio indígena deve decidir sobre o seu uso, a luz dos anseios de seu povo.

Por fim, uma última precaução na realização de atividades de extensão com indígenas é: não romantizá-los. É comum projetar neles o mito do “bom selvagem” - imaginar que eles carregam todas as virtudes que se perderam na sociedade branca. Obviamente essa é uma imagem falsa, que se desfaz aos poucos na atividade de extensão, podendo levar à frustração e consequente encerramento das atividades. A Universidade deve construir com eles ações de extensão por um compromisso ético, baseado no reconhecimento de que são vítimas de uma

## Extensão universitária e comunidades de povos originários

grande injustiça histórica que se perpetua até hoje e precisa de reparação. E não por serem ‘bondosos’. Assim como os não indígenas, são seres humanos atravessados pelos mais diversos sentimentos, e que também têm relações de afeto e conflito. Precaver-se da romantização é importante para evitar a frustração que se pode seguir a uma ação de extensão, caso construída com esse intuito.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Essas são alguns pequenos cuidados, nascidos da prática da extensão e fortalecidos com leituras sobre os povos indígenas, que podem contribuir na construção de iniciativas de extensão com essas comunidades. Apostar nessa construção, além de edificar a dignidade de populações longamente marginalizadas, é uma forma de refletir sobre nosso próprio ‘progresso’, repensando práticas e formas de vida muito arraigadas e que contribuíram para nos levar, hoje, a graves alterações do clima que só serão resolvidos com muito diálogo e empenho de toda sociedade.



## REFERÊNCIAS

FAO e FILAC (2021). *Povos Indígenas e comunidades tradicionais e a governança florestal*. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/items/c177b1d6-d165-4ab9-bb2a-c7b1678e3f51>.

KRENAK, A. Sonhos para adiar o fim do mundo. In: KRENAK, A. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

PREZIA, B. *História da resistência indígena: 500 anos de luta*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2017.

SANTOS, S. C.; NACKE, A. *Hidrelétrica e povos indígenas*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2003.

TODOROV, T. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Recebido em: 19/11/2024

Aceito em: 03/12/2024